



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região

### ATA DE REUNIÃO DO SUBCOMITÊ DE GOVERNANÇA DE CONTRATAÇÕES – Nº 2/2023

<b>Local:</b> (Google Meet)	<b>Data:</b> 03/08/2023	<b>Horário:</b> Das 13h30 às 15h30	<b>Relatora:</b> Ana Gabriela Borges de Barros
-----------------------------	-------------------------	------------------------------------	--

Participantes/Convidados	Setor
Ana Gabriela Borges de Barros	Diretoria-Geral - Coordenadoria da Governança de Contratações
Carlo Carlo Sandro da Costa Souza	Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações
Carlos Alberto Marinho dos Santos	Secretaria de Orçamento e Finanças
Caroline Oliveira Guimarães Andrade	Secretaria de Administração
Cláudia Cristina Ferreira Jorge	Coordenadoria de Projetos Especiais
Leandra Maria Leal de Santa'anna	Diretoria-Geral
Marcio José Pinto da Silva	Secretaria-Geral de Governança e Gestão Estratégica
Taciano Barbosa Vasconcelos ( <u>ausente</u> )	Secretaria-Geral da Presidência
Ticiane Barbosa Vasconcelos	Coordenadoria de Licitações e Contratos
Viviane Novaes Dantas Alves (substituindo o Diretor-Geral)	Diretoria-Geral

#### Objetivo da reunião

1ª Reunião Extraordinária do Subcomitê de Governança de Contratações.

#### Pauta

1. Aprovação da minuta da Política de Integridade das Contratações;
2. Monitoramento da execução do PCA e publicação do documento atualizado mediante portaria da Presidência;
3. Monitoramento da execução do PAC da área de Contratações;



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região

4. Resposta ao questionário do CNJ sobre implantação da Governança de Contratações.

#### Discussão da Pauta

Claudia Jorge inicia a reunião agradecendo a presença de todos e esclarece que a pauta foi proposta por Gabriela, com base nos assuntos que ficaram pendentes de apreciação da última reunião do Subcomitê.

##### **1. Aprovação da minuta da Política de Integridade das Contratações;**

Claudia, primeiramente, pontua que o CNJ recomenda uma série de diretrizes sobre o tema; informa que foi dado um prazo para os integrantes do subcomitê analisarem a minuta e que está sob análise da Secretaria de Assessoramento Jurídico e que, posteriormente, será revisada por Claudia e Gabriela.

Esclarece que foram retirados alguns itens (conflito de interesse e recebimento de brindes) que já estão tratados no código de ética.

Gabriela reitera que a minuta já está compartilhada e pede a colaboração de todos, até amanhã, e afirma que já foi analisado o que está em conformidade com a Norma.

##### **2. Monitoramento da execução do PCA e publicação do documento atualizado mediante portaria da Presidência;**

Claudia apresentou a planilha referente ao Anexo I do Plano de Contratações Anual - PCA e propôs a atualização do documento que está disponível no portal. E deve ser publicado por Ato da Presidência.

Explica que na planilha tem uma aba para as ações que devem ser executadas esse ano, uma para os que serão prorrogados e aqueles que estão dentro do prazo de vigência, os que foram indicados para o ano que vem e os cancelados.

Apresentou quadro com a análise das ações que estão na planilha – deve-se fazer um *dashboard* – indica os que já possuem proads abertos. A planilha será compartilhada para validação dos gestores, principalmente das colunas que serão publicadas, e, posteriormente, publicada a nova versão.



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região

Carlos Marinho questiona sobre a atualização da planilha, pois existe uma fase na execução em se trata do posicionamento de cada demanda e como será tratada. Sugere que alguém participe da próxima reunião de execução para verificar se a atualização ficará por conta de cada gestor.

Claudia fala sobre o remanejamento de verbas para outros projetos/contratações. A preocupação é identificar o porquê aquela demanda não está no PCA e deverá ser deliberada pelo DG para, inclusive, verificar o alinhamento estratégico e, quando necessário, submeter ao subcomitê ou à Presidência, quando for o caso. Claudia registrou que, diferente da SOF que trata do montante orçamentário, o SGC desce ao nível das ações, das alterações no Plano, se preocupa com cada contratação.

### **3. Monitoramento da execução do PAC da área de Contratações;**

Gabriela apresenta planilha e ressalta que o Plano Anual de Capacitação - PAC da área de contratações é um dos instrumentos de governança. Faz breve análise dos cursos que já foram ministrados. Informa que o próximo curso será o de Fiscalização para os fiscais de contrato. Há previsão de turma sobre a Nova lei de licitações, possivelmente é para outubro, considerando a posse da nova mesa diretora.

Informa também que está alinhando com a DG uma campanha de adesão dos servidores para cursos on line sobre ética, integridade e sustentabilidade. São temas afetos à nova lei e Res 347 do CNJ.

O PAC da área de contratações está disponível e os gestores têm até o dia 10/8 para revisar.

### **4. Resposta ao questionário do CNJ sobre implantação da Governança de Contratações;**

Cláudia informa que o CNJ enviou questionário sobre o cumprimento da Resolução CNJ n. 347/2020, dividido por temas.

Cláudia apresentou o documento com minuta de resposta e com as justificativas. Há itens em vermelho que indicam ações que precisam ser tomadas pelo TRT. Conclui que, no geral, o TRT5 está bem. Informa que será compartilhado para análise de todos os membros do SCGC.

Considera que as respostas ao questionário servem como auto análise importante para o que podemos melhorar e o que precisamos ainda cumprir.

Cláudia abordou sobre a Gestão de Riscos. Informou que um dos instrumentos é a metodologia de análise e tratamento de riscos – a sugestão foi elaborar documento com base nos riscos identificados em oficina realizada com os gestores e será atualizado no próximo ano.



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região

Quanto à Auditoria/Procedimento de pagamentos – está detalhado na norma de Orçamento, que atende ao solicitado no questionário do CNJ. Será compartilhado até amanhã.

O prazo para encaminhar as respostas para a presidência é dia 08/08/23 e deve ser encaminhado para Orocil até o dia 7. Algumas normas que já estavam previstas serão publicadas para atender o questionário. Existe o cuidado publicar normas que possam ser executadas e todas são elaboradas em conjunto com as respectivas áreas de negócio.

Cláudia propôs outra reunião extraordinária para 31/8, às 10h. A próxima reunião ordinária será dia 19/10.

#### **5. Assuntos diversos**

Carol fala sobre a contratação de água mineral e Gabriela considera que o assunto deve ser tratado no subcomitê. Marcio Pinto informa que houve reunião com a Dra. Marília que já manifestou a posição de substituir os garrafões de água por filtros.

Sandro Micucci fala da demanda de Orocil sobre a água e informa que já há Proad que está com a CSAC para fazer estudo referente à análise da água nas localidades, pois nem todos os municípios têm fornecimento pela Embasa.

Gabriela fala que a decisão envolve um estudo de diversos fatores, como a qualidade da água, o tipo de filtro e a manutenção dos mesmos.

Sandro explica que o estudo é mais no sentido de validação da decisão.

Carol fala da urgência da decisão, devido à compra emergencial de garrafões. A empresa que fornece para o interior sofreu uma punição de impedimento de licitar e não é mais possível contratar com ela. Existe uma reserva de garrafões que será distribuída para as unidades que não poderão receber filtro e que novos serão adquiridos com suprimento de fundos, para algumas unidades.

Carol considera que a discussão no subcomitê pode servir como subsídio para a decisão da Administração.

Viviane relata o histórico passado por Orocil a respeito da urgência da contratação emergencial. Não havia conhecimento de filtros no almoxarifado que podem ser instalados em algumas unidades. Talvez o despacho referente à compra emergencial possa ser revisto.

Sandro fala que foram solicitados relatório da Emasa naqueles municípios por ela abastecidos.

Carol registra que foi informada por Orocil, em uma ligação, que a decisão seria da Administração e não de cada unidade consumidora.



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região

Carol registra que a solução que está sendo direcionada para o E2J é de eliminação de garrafões, então esse seria um direcionamento da Administração.

Poucas unidades não possuem filtro ou bebedouro de pressão (Paulo Afonso e Cruz das Almas).

Fica registrado em ata que os membros do subcomitê, presentes na reunião, estão de acordo com a substituição de garrafões de água pelos filtros.

Por fim, Carol fala sobre o seguro-garantia dos contratos; Gabriela sugere que o tema seja processado em outra pauta, pois serão necessários outros elementos para discussão pelo Subcomitê; informa ainda que nos contratos novos poderão ser colocados como facultativo a apresentação deste seguro-garantia pela contratada. O grande problema são os contratos vigentes que já possuem tal exigência. A SUSEP retirou as cláusulas padronizadas para que a administração decida o que deve ser segurado. Antes era pelo valor do contrato e o ônus ficava desproporcional para as empresas contratadas.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião.

#### **FECHAMENTO DA ATA**

Em 03/08/2023.

**Vice-coordenadora do Subcomitê de Governança de Contratações**  
**Ana Gabriela Borges de Barros - Coor**